



Governo do Estado do Amapá

Ata da 2ª Audiência Pública para Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE), realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e quatro, na quadra da Escola Estadual Cívico Militar Mineko Hayashida, no Município de Laranjal do Jari.

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro às nove horas e quarenta e nove minutos, na quadra da Escola Estadual Cívico Militar Mineko Hayashida, no Município de Laranjal do Jari, reuniram-se as autoridades e demais participantes para a realização da Audiência Pública com o Tema: Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE). O Mestre de Cerimônias desejou boas-vindas a todos, agradeceu a presença de todos que estavam acompanhando esta solenidade, seja presencialmente, remotamente ou pelos canais de comunicação. Em seguida, convidou para compor a Mesa de Honra: o Excelentíssimo Secretário Adjunto de Planejamento do Estado do Amapá, o Senhor **Luiz Otávio**; a Excelentíssima Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, Senhora **Alliny Serrão**; o Excelentíssimo Comandante do 11º Batalhão de Polícia do Município de Laranjal do Jari, o **Major Serafim**; o Chefe Geral da EMBRAPA - Amapá, o Senhor **Antônio Claudio Almeida**; o Excelentíssimo Prefeito do Município de Laranjal do Jari, o Senhor **Márcio Clay da Costa Serrão**; o Excelentíssimo Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Senhor **Marcelo Sarraf**; o representante da Câmara de Vereadores do Município de Laranjal do Jari, **Vereador Tio Bica**; o representante dos pesquisadores que fizeram parte do ZEE, o Professor **Aristóteles Viana**; o Diretor Financeiro da Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari, o Senhor **Eliseu Cardoso Viana**; o Coordenador da Municipalização da SEMA, Senhor **Mário Sérgio**; o Diretor-Presidente do IEPA, Senhor **André Abdon**; o Diretor-Presidente da CODEVASF, Senhor **Hilton Rogério**. Logo após, o Mestre de Cerimônias solicitou a todos para que, se possível, ficassem em posição de respeito para que acompanhassem a execução do Hino Nacional, a Canção do Amapá, e o Hino do Município de Laranjal do Jari, executados pela banda marcial da Escola Estadual Cívico Militar Mineko Hayashida. Em seguida, registrou agradecimentos à direção da Escola, aos alunos, ao professor da escola e à cantora Dalva Braga. Agradeceu a presença de todos e registrou a presença de demais autoridades em bloco. Ato contínuo, dando início a **primeira etapa** da Audiência Pública, passou-se para o momento que os integrantes do dispositivo fizessem suas considerações. O primeiro convidado a fazer sua fala foi o Excelentíssimo Prefeito do Município de Laranjal do Jari, o Senhor **Márcio Clay da Costa Serrão**, que cumprimentou a todos os presentes e a mesa composta pelas autoridades, especialmente o novo comandante da Polícia Militar, Major



Governo do Estado do Amapá

Serafim, destacando o orgulho de ter ele como um filho da terra assumindo um posto de comando no Município. Cumprimentou também os alunos da escola Mineko Hayashida, destacando-os como o futuro de Laranjal do Jari, mencionando e saudando especificamente seu filho, Jorge Neto. Enfatizou a importância de participar de momentos como este, onde se discutem questões que impactam o futuro econômico e ambiental da região. Lamentou não ter podido participar de discussões passadas sobre a implantação de grandes projetos, como a hidrelétrica, ressaltando que decisões anteriores prejudicaram a comunidade local. Destacou que a audiência pública é um espaço para discutir ideias e pensamentos que orientarão a implementação de programas do governo do estado, focados na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento econômico sustentável. Manifestou a esperança de que as decisões tomadas no evento evitarão que as futuras gerações paguem um preço por escolhas erradas feitas no passado. Afirmou estar feliz em participar deste momento, comprometendo-se a prestar muita atenção e contribuir ativamente com o debate. Encerrou agradecendo a todos e desejando um bom dia. Em seguida a Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, a Deputada **Alliny Serrão**, saudou a todos os presentes. Disse que era sempre uma alegria participar de eventos na sua casa que era Laranjal do Jari e de um evento de grande importância que se tratava do Zoneamento Ecológico-econômico ZEE. Em nome do Secretário Luís Otávio cumprimentou todos os membros e autoridades do Governo do Estado Amapá. Destinou agradecimentos ao Governador Clécio Luís e ao Vice-Governador Teles Junior, pela sensibilidade em promover momentos como esses pelo Estado do Amapá. Citou que no dia 16 de maio foi o lançamento do Projeto Zoneamento Ecológico-econômico-ZEE, para ouvir os anseios dos quatro pontos do Estado do Amapá. Que aconteceu na Fazendinha no qual foi representada pela Deputada Edna Auzier e o Deputado Jesus Pontes. Falou da grande importância do evento e que pudessem interagir entre o poder público com a sociedade civil organizada com as pessoas que chegaram ao evento para apresentarem o seu trabalho técnico, seu conhecimento na área para que pudessem promover um trabalho exitoso para ajudar no desenvolvimento do Estado do Amapá. Mencionou a importância do trabalho e a interação de todos e que a Assembleia Legislativa estava fazendo sua contribuição com seriedade e que não se negam a participar de todos os debates. Era de conhecimento que após o término das audiências públicas e que a próxima seria no Município de Amapá para discutir também a potencialidade da região dos lagos até o Município de Oiapoque, iria chegar na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá a proposta do governo para que pudessem fazer o trabalho acontecer de fato e direito no Estado do Amapá. Disse que o Estado do Amapá era o mais preservado da Federação, citou como exemplo o Município de Laranjal do Jari que possui 95% das suas áreas preservadas, por território indígena ou área de conservação, então restava 5% de área para promoverem atividades que gerasse desenvolvimento para o referido município. Que a preocupação era do Governo do Estado e do Poder legislativo, visto que era sempre discutido desenvolvimento, oportunidades, geração de emprego e renda



Governo do Estado do Amapá

e que só iria ser realizado com a extrema organização, cumprido as legislações e fazendo acontecer no estado. Frisou que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, estava presente e que levava a mensagem de comprometimento, e entender a peculiaridades e as potencialidades de cada região do Estado do Amapá. Salientou que o Município de Laranjal do Jari possuía suas reservas extrativistas, potencial turístico e também áreas de mineração que precisavam trabalhar com seriedade, pois não queriam degradação do meio ambiente e sim a preservação e principalmente oportunidade de entregar o sustento devido para as famílias. Falou que o Estado do Amapá sofre com 60% da sua população no CAD único e que a saída dessas pessoas da vulnerabilidade só iria acontecer quando o estado fosse promissor e de oportunidades para o povo que aqui vivem. Deixou sua mensagem de agradecimento ao Governador Clécio pela sensibilidade em promover eventos iguais a esse pelo estado e a mensagem de compromisso da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá que iria seguir atentamente recepcionando as demandas e o projeto que tinha previsão para chegar aproximadamente dia 05 de junho e iriam recepcionar este projeto que impactara de forma direta as vidas das pessoas do Estado do Amapá. Agradeceu a todos e tinha certeza que a interação iria fazer a diferença para grande virada de chave que o Estado do Amapá precisava. Desejou benção de Deus e que ele os guiasse pelo melhor caminho e que as pessoas pudessem usar os microfones para discutirem suas demandas, vivências e experiências para promover o melhor projeto para o desenvolvimento do Estado do Amapá. Agradeceu a oportunidade de fala e desejou um excelente evento. Posteriormente o Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Senhor **André Abdon** cumprimentou a todos os presentes. Disse que era um prazer estar no Laranjal do Jari novamente, especialmente para falar de um instrumento que o ZEE que iria ser apresentado posteriormente. Falou que o ZEE era um mapa de referência de tudo que se encontrava no estado, destacou que seria apresentado a região do Laranjal do Jari, Vitória do Jari a parte sul do Estado que faz fronteira com o Estado do Pará. Disse que o IEAP desde dois mil e dezessete através das parcerias com a EMBRAPA, SEMA, SETEC, SEPLAN, iriam juntamente apresentar um mapa que orientava como poderia se usar tudo que a terra oferece. Informou que teriam conhecimento técnico através de técnicos e pesquisadores que mesmo diante da pandemia, mas que através do esforço do Estado do Amapá, do governador Clécio que teve a sensibilidade da importância deste conhecimento para ser apresentado e aprovado na Assembleia Legislativa posteriormente com segurança jurídica, olhando para o futuro e o desenvolvimento sem esquecer do meio ambiente, mas com conhecimentos necessários para que os investimentos nesta terra sejam firmes e sem erro. Era o que estavam buscando valorização do povo que junto com o desenvolvimento, protegendo o meio ambiente, mas sem esquecer as pessoas que viviam nesta terra e que a vulnerabilidade social e pobreza não fazia parte da Amazônia e que não era o que desejava. Frisou que o ZEE era um mapa das ações de pessoas que desejavam explorar as terras amapaenses, investir e consequentemente melhorar a vida das pessoas. Agradeceu a



Governo do Estado do Amapá

oportunidade novamente ressaltou que o ZEE seria apresentado pelos técnicos, pesquisadores e todos aqueles que se envolveram neste instrumento de direcionamento e conhecimento da nossa terra. Agradeceu a oportunidade e desejou um ótimo evento a todos. Logo após o Mestre de Cerimônias registrou presença de autoridades. Seguidamente o Secretário Adjunto **Luís Otavio**, saudou a todos os presentes. Agradeceu agradecendo a presença de todos destacando a importância do evento para discutir o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado. Expressou sua gratidão a Deus pela oportunidade e aos diversos parceiros e colaboradores que tornaram o evento possível, incluindo a Escola Mineko Hayashida, a Secretaria de Educação, a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e o prefeito Márcio Serrão. Externou reconhecimentos ao trabalho realizado por pesquisadores amapaenses de instituições como IEPA, UNIFAP e EMBRAPA, cujo esforço resultou em um extenso trabalho de diagnóstico e prognóstico sobre o estado, fornecendo diretrizes importantes para o zoneamento. Agradeceu a presença e o apoio do Professor Jurandyr Ross, especialista em zoneamento ecológico econômico, que contribuiu significativamente para o projeto. O Secretário enfatizou que o zoneamento ecológico econômico era uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do Amapá, que buscava integrar informações e promover diálogo entre diversos setores da sociedade. Ele destacou que o zoneamento não estava finalizado e requeria participação e debate contínuo para garantir sua eficácia. Durante sua fala, o Secretário abordou o potencial do zoneamento para atrair investimentos e fornecer segurança aos investidores, enfatizando que o estado do Amapá se orgulhava de sua preservação, mas também buscava desenvolvimento econômico sustentável. Mencionou os benefícios da inovação proporcionada pelo zoneamento, como a possibilidade de redução da reserva legal em determinadas áreas, o que poderia impulsionar o crescimento de áreas produtivas no estado. O Secretário concluiu agradecendo novamente a presença de todos os participantes, incluindo representantes do setor produtivo, pesquisadores, estudantes e membros da comunidade, ressaltando a importância da participação de todos para o futuro do Amapá. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônias registrou a presença de demais autoridades em bloco e, em seguida, solicitou às autoridades que compunham o dispositivo de honra que pudessem retomar aos seus assentos, a fim de que fosse iniciada a **segunda etapa** do evento. Agradeceu a todas as autoridades presentes e convidou a Coordenadora da Unidade de Gestão de Programas Estratégicos da SEPLAN, a Senhora **Maria Cecília**, para fazer a leitura das regras de participação da audiência. Feita a leitura das regras do evento pela Coordenadora, o Mestre de Cerimônias convidou o professor Paulo Sérgio Ferreira da Silva, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Estado do Amapá - UNIFAP, para fazer a sua explanação a respeito do ZEE e de sua metodologia. Com a palavra, o Professor **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes. Agradeceu a presença de todos e destacou a importância da apresentação técnica a ser realizada. Explicou que o ZEE é um instrumento estratégico de planejamento que fornece informações cruciais para a tomada de



Governo do Estado do Amapá

decisões em diferentes contextos (ambiental, econômico e social). Ressaltou a importância dessas informações para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e a melhoria das condições de vida da população. Enfatizou que o ZEE foi construído com a colaboração de diversas entidades, incluindo governos municipais e estadual, governo federal, setor privado, sociedade civil, universidades e entidades de classe. Mencionou a participação de mais de 30 profissionais, entre pesquisadores e técnicos de várias universidades e instituições, como a EMBRAPA e universidades brasileiras. Explicou que a metodologia do zoneamento foi estabelecida por diversos dispositivos legais desde a Constituição de 1988 até o Código Florestal de 2012, que tornou o zoneamento obrigatório para todos os Estados. Disse que no Amapá, a história do zoneamento começou em 1991 com a criação do Programa Estadual de Zoneamento e detalhou as quatro etapas principais do ZEE: planejamento, diagnóstico, prognóstico e implementação. Sobre a etapa de planejamento, destacou a articulação institucional e administrativa, a mobilização de parceiros e a execução do projeto. Na etapa de diagnóstico, mencionou a coleta de informações por meio de estudos e trabalhos de campo, divididas em três conjuntos: meio físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional. Apresentou os principais produtos da fase de diagnóstico, incluindo mais de 100 mapas relacionados a biodiversidade, clima, geologia, hidrografia e vegetação. Destacou trabalhos específicos como o levantamento de fauna, estudos geológicos e de recursos hídricos, mapeamento de geomorfologia e pedologia, e análises meteorológicas. Na parte socioeconômica, o professor mencionou os mapeamentos de população, agroindústria, povos tradicionais, sítios arqueológicos e uso da terra. Ele detalhou ainda os estudos arqueológicos que identificaram 902 sítios arqueológicos antes desconhecidos no Amapá e a distribuição de equipamentos culturais nos municípios. Explicou que a fase de unificação dos dados envolveu a integração das informações coletadas, resultando em um relatório síntese e três mapas de integração. Destacou a realização de oficinas, seminários e reuniões técnicas para a integração dos dados. Ao final de sua fala, resumiu as atividades realizadas, destacando que foram feitas 80 reuniões técnicas, 70 viagens de campo, produção de mais de 100 mapas, visitas a 16 municípios e envolvimento de mais de 130 pesquisadores. Passou a palavra ao professor Jurandyr Ross para a continuidade da exposição do trabalho. O Mestre de Cerimônias convidou ao palco o professor Jurandyr Ross, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP. Com a palavra, o **Professor Jurandyr Ross**, cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a presença de todos, destacando o trabalho coletivo realizado pelos pesquisadores do IEPA, universidades associadas e Embrapa no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Provocou reflexão sobre a situação do Amapá, que possui 71% das suas terras sob proteção (unidades de conservação e terras indígenas) e 29% de terras não pré-destinadas, mas regidas pelo Código Florestal e a Lei Estadual de 2005. Descreveu o Estado como exportador de matérias-primas não processadas (madeira, minerais, produtos fitoterápicos) e de mão de obra não qualificada. Enfatizou a



Governo do Estado do Amapá

necessidade de o Estado processar suas matérias-primas localmente, em vez de exportar materiais brutos, e melhorar a produtividade agrícola com tecnologia e orientação técnica. Mencionou a importância de ter mercado para os produtos agrícolas, destacando que a produção deve estar integrada a cadeias produtivas que agreguem valor. Explicou que o trabalho do ZEE visa encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, seguindo o conceito de desenvolvimento sustentável. Mencionou a importância de olhar tanto para as potencialidades naturais quanto para as vulnerabilidades sociais e ambientais das áreas zoneadas e apresentou os produtos do ZEE, com mapas de síntese e relatórios sobre terras protegidas, unidades socioeconômicas e unidades naturais ambientais. O professor lembrou que, até a década de 80, os trabalhos na Amazônia focavam no desenvolvimento territorial, mas, a partir das décadas de 80 e 90, o foco mudou para a preservação ambiental e a sustentabilidade. Ele defendeu a necessidade de equilibrar a exploração dos recursos naturais com a proteção ambiental e o desenvolvimento social. Afirmou que o ZEE busca proporcionar um desenvolvimento econômico sustentável, valorizando a natureza e melhorando a qualidade de vida das pessoas. Enfatizou o desafio e a ousadia do estudo do ZEE em abordar a diversidade dos espaços territoriais e unidades territoriais, propondo recomendações de ordem econômica, social e ambiental. Destacou as duas grandes categorias de uso da terra: Terras de Uso Pré-Destinado por Lei que incluem reservas indígenas, unidades de proteção integral, terras de desenvolvimento sustentável (como reservas extrativistas); e as Terras de Uso Não Pré-Destinado que são regidas pelo Código Florestal e a Lei Estadual de ordenamento territorial. Apresentou um mapa sintetizando estas categorias de terras, com 71% das terras do Amapá sendo de uso pré-destinado e 29% não pré-destinado. Esclareceu que qualquer lei estadual deve ser compatível com a lei federal, podendo ser mais restritiva, mas não mais flexível, e que o estado tem somente a prerrogativa de reavaliar planos de manejo de unidades de conservação de desenvolvimento sustentável estaduais, mas não tem poder sobre unidades federais como Parque do Tumucumaque e REBIO Lago Piratuba. Ressaltou a precariedade dos assentamentos rurais ao longo dos eixos dos Municípios de Serra do Navio e Oiapoque, destacando a necessidade de revigorá-los. Ele apontou que muitos assentamentos não possuem condições adequadas de solo, relevo e clima, além de carecerem de capacidade técnica e de mercado para escoar a produção. Discutiu sobre as terras com usos múltiplos (agricultura, pecuária, silvicultura, mineração), destacando a baixa produtividade da pecuária e a necessidade de direcionar melhor a silvicultura. Mencionou ainda as terras inundáveis, enfatizando a importância de respeitar áreas onde o rio e o mar predominam. Explicou a importância de considerar a natureza como uma composição de várias variáveis (solo, geologia, clima, vegetação, água) ao elaborar produtos cartográficos. Apresentou o mapa das unidades socioeconômicas, com categorização baseada em estudos da equipe de socioeconômica da Universidade Federal do Amapá. Detalhou as categorias do mapa que são as terras protegidas integralmente, as terras de desenvolvimento sustentável, as

Revisão



Governo do Estado do Amapá

terras indígenas, as terras sobre a Savana, tabuleiros ou cerrado com ocupação diversificada, e as terras com atividades extrativas ribeirinhas, criação de búfalos e outras atividades associadas. O professor discorreu sobre a evolução do conceito de zoneamento, que começou como zoneamento sócio-ambiental, passou a ser socioeconômico-ambiental, e na década de 90, evoluiu para zoneamento ecológico-econômico (ZEE). Disse que o mapa apresentado é preliminar, pois ainda estão ajustando os polígonos e a codificação. Ele destacou que o ZEE combina elementos da natureza, sociedade e legislação ambiental, incluindo unidades de conservação e terras indígenas e se baseia na legislação ambiental existente, sendo a lei 0919 de 2005 uma referência fundamental. Ele apontou os resultados do estudo destacando que foram delineadas três macrozonas: Terras de Florestas, que correspondem a 76% do Estado; as Terras de Savanas (Cerrado), correspondendo a 6,28% do Estado; e as Terras Inundáveis representando 16% do Estado. O professor Jurandyr apontou que as savanas e áreas concedidas pela reforma agrária são prioritárias para a agricultura tecnificada e pecuária. Disse que o ZEE traz 39 ações propositivas gerais e apresentou os mapas das zonas ecológico-econômicas. Chamou a atenção para a zona do Jari, que possui áreas não predestinadas pouco ocupadas. Apresentou as potencialidades, fragilidades/conflitos/limitações e recomendações para cada zona. Apresentou as recomendações para a região do Jari. Ele citou ainda os setores de desenvolvimento como Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Mineração, Indústria, Turismo, Energias Alternativas e apontou para a necessidade de desenvolvimento sustentável e tecnologias avançadas, como energias eólica, solar e hidrogênio verde. Para o setor da mineração ele reforçou que é necessário focar na agregação de valor e criação de empregos, evitando a exportação de matérias-primas sem processamento. Ainda em sua apresentação ele demonstrou quais as diretrizes pensadas para as áreas da segurança, educação e saúde e dizendo que é preciso melhorar essas áreas para reduzir a informalidade e aumentar a justiça social. Quanto às comunidades tradicionais, o professor enfatizou que se deve respeitar ritmos e culturas, proporcionando condições adequadas para desenvolvimento. Ele tratou ainda da perspectiva ambiental e econômica ao indicar que para a conservação do solo e da biodiversidade é necessário implementar práticas de conservação, controle de desmatamento e queimadas, além de se pensar na economia verde que trata de promover créditos de carbono, extrativismo sustentável, e tecnologias de baixo carbono. Outras recomendações feitas no estudo do ZEE foram apontadas pelo professor, entre elas estão as que se direcionam a implementação de políticas para regularização fundiária das terras públicas e privadas, para a redução da informalidade, promovendo segurança jurídica e acesso ao crédito, e de integração da produção mineral em processos industriais para se agregar valor. Ele apontou os desafios e as oportunidades que o estudo pode proporcionar para o Estado ligadas às áreas de infraestrutura e mercado, e para a política de turismo, defendendo que o Estado precisa desenvolver políticas voltadas ao turismo ecológico para atrair investimentos e melhorar a economia local. O professor teve que encerrar suas considerações devido ao



Governo do Estado do Amapá

tempo decorrido. Agradeceu a todos e encerrou sua fala. Logo após, o Mestre de Cerimônia agradeceu os professores Paulo Sérgio e Jurandyr Ross pelas apresentações e passou a condução dos trabalhos para o Secretário Luiz Otávio e para a Coordenadora Maria Cecília que iniciaram a **terceira etapa** da audiência. A coordenadora deu continuidade explicando como se organizará a dinâmica das perguntas. Em seguida, ela convidou os pesquisadores que participaram do ZEE para comporem a mesa de honra. Em seguida, ela convidou as pessoas que inscreveram perguntas para que se colocassem à frente do palco para que cada um formulasse sua pergunta. E para dar início o Senhor **Arivaldo Amorin** saudou a todos os presentes. Dirigiu a palavra aos alunos que estavam presentes. Enfatizou que a preservação ambiental foi a eficiência dos órgãos ambientais dos dezesseis municípios do Estado do Amapá e que esses órgãos eram considerados mais eficientes do Brasil. Na sua opinião não seria necessário mencionar que mais de 70% de área de preservação engessava o estado nos seus três principais setores produtivos. Mencionou aos alunos a necessidade de reforma para que não fossem obrigados a sair do estado para conquistarem a independência financeira. Em seguida perguntou se o setor da mineração seria contemplado no estudo do ZEE e que para sua satisfação aguardava uma resposta concreta. Em resposta um dos Professores afirmou que o setor da mineração era contemplado no estudo do ZEE, com mais de 200 páginas o relatório com dados oficiais do Serviço Geológico Brasileiro, dados oficiais do IBGE, dados oficiais da Agência Nacional de Mineração, e levantamento de campo realizado pela equipe de Geologia composta por pesquisadores do IEPA e servidores da SEMA e da UNIFAP. Disse que na contemplação de informações era destacado vários pontos que geram conflitos que precisavam ser discutidos pelo poder público. Exemplificou que no estado do Amapá possuía mais de mil processos minerários junto à Agência Nacional de Mineração e que desses mil processos, aproximadamente quinhentos processos estão na Flota e mais cento e vinte e quatro processos na RDS Irapuru. Concluiu que eram unidades de conservação que eram regidas por um plano de manejo, cada um tinha seu plano de manejo. Frisou que o zoneamento ecológico econômico, era um instrumento de gestão, mas não poderia interferir na legislação existente. Salientou que no documento do zoneamento ecológico econômico, estava descrito a necessidade de se rediscutir essas questões na esperança de inviabilizar várias atividades econômicas, assim como a mineração. Era preciso pensar em um desenvolvimento sustentável, uma mineração e outras atividades sustentáveis, respeitando o crescimento econômico e também as questões ambientais conforme a legislação vigente. Afirmou que o setor de mineração estava contemplado no ZEE. Em ato contínuo, outro professor, contribuiu com esclarecimento de numa área protegida poderia ter diversas atividades econômicas, e deu exemplos como a exploração de madeiras, a organização dos extrativistas. Falou brevemente sobre a criação da Resex do Rio Cajari. Frisou que as áreas protegidas não impediam o desenvolvimento do estado, mas colocava outras formas de desenvolvimento. Posteriormente o Senhor **João Bugatti**, cumprimentou a todos os presentes.



Governo do Estado do Amapá

Externou agradecimentos ao Governo do Estado do Amapá. Estava representando a Associação dos Mineradores e Indústria. Disse que tinham objetivo de desenvolver no Estado do Amapá minerais estratégicos, que seriam industrializados no estado gerando riqueza e dariam início a uma nova geração. Tinha compromisso com as empresas de mineração existentes no estado e com as empresas que iriam chegar para desenvolver esse estado, trazendo tecnologia. Ressaltou que seu compromisso era criar um lugar próspero na indústria das minerações, dos minerais estratégicos. O seu intuito era gerar indústrias desses minerais estratégicos, seja em Calçoene, no Amapá, na capital, no Jari, desenvolver esses minérios estratégicos na indústria de carros elétricos, baterias, tecnologia. Desejava gerar 400.000 empregos no Estado do Amapá de forma direta e indireta. Questionou se o Governo do Estado do Amapá, estava apoiando esse desenvolvimento para a geração de emprego e indústria no estado. Agradeceu a oportunidade e se comprometeu com as indústrias que iriam se estabelecer no estado, gerando minerais estratégicos, gerando riqueza, economia e nação. Em resposta ao Senhor João Pulgatti um dos professores pesquisador, salientou que existe uma secretária específica de mineração, o que demonstra a atenção do Governo do Estado em apoio a este projeto da área de mineração. Discorreu sobre o que seria os minerais estratégicos para melhor entendimento dos que estavam presentes. E para falar sobre as iniciativas do Governo do Estado o Secretário Adjunto Luís Otávio, agradeceu a presença do setor minerário que desde a primeira audiência se faziam presente enriquecendo o debate. Ressaltou que o ZEE era um instrumento para ingressar no desenvolvimento do Amapá, esse instrumento servirá para alinhamento de desenvolvimento sustentável das atividades e a mineração estava contemplada. Falou que o governador de forma muito estratégica criou no início de seu mandato a Secretária Extraordinária de Mineração que ainda tinha algumas dificuldades devido regramento legal existente, mas que estavam trabalhando incansavelmente para alinhar demandas. Falou que esse debate se iniciou na Audiência Pública realizada no dia 17 de maio que se iniciou com a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá sobre a flota, mas com o apoio do Governo do Estado e o Vice-Governador Teles Junior se fez presente neste debate, pois ele levanta a bandeira dessa discussão e por terem conhecimento de pontos estratégicos da mineração dentro dessa discussão era necessário um aprofundamento, e um atingimento maior na sociedade. Falou que era para contarem com o Governo do Estado para debaterem sobre setor de mineração no Estado do Amapá. Logo após o **Francisco Nogueira**, saudou a todos os presentes. Agradeceu primeiramente a Deus e posteriormente as autoridades do Município de Laranjal do Jari pela sensibilidade de buscarem entender e reconhecerem a tradicionalidade da atividade minerária na região Vale do Jari, essa atividade que era a maior fonte de renda desde 1900 e que foi responsável pela construção de vilas, fortalecendo distrito, transformando cidades e conseqüentemente a transformação do estado. Desde quando começou e conheceu o ZEE passou a estudar todos os dias o trabalho técnico, o relatório que realizaram para



Governo do Estado do Amapá

apresentar. Parabenizou e agradeceu e disse que era o momento de aproveitar. Externou agradecimentos ao Governo do Estado a qual definia como governo da esperança para os segmentos produtivos. Frisou que os técnicos tinham como a base a Constituição, o presente e um olhar para o futuro. Salientou que reconhecia sua realidade e que deveriam compartilhar com quem não vivia. Desejou que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá tivesse comprometimento com o futuro. Citou que todos os setores de produção mereciam cuidado, para que o estado não dependesse de recursos da união, visto que o Estado do Amapá era rico em minerais estratégicos, minerais garimpados. Discorreu que o garimpo era uma atividade legal prevista em lei e o que era ilegal era extração mineral que existia há séculos. Mencionou que em 1937 na região do Amapari existia cerca de 6 mil garimpeiros em atividade. Relatou que morava no Estado do Amapá há 38 anos e nunca fez outra coisa, frisou que formou seus filhos tirando ouro e pegando malária. Precisavam desenvolver os segmentos da produção e saírem da dependência da União para poder sustentarem um estado que tinha mais de 60% de sua população inscrita no CadÚnico. Ressaltou a fala do Jurandyr Ross sobre aumentar a produção para que o PIB seja volumoso no sentido de produzir e não pedir mais favores de ninguém. Seguidamente o senhor **Alexandre Lacabanne**, cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu a Deus, pela oportunidade e desejou bênçãos a todos. Externou saudações ao Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e a todos os membros de excelência que estavam presentes compondo essa audiência em razão de darem um rumo ao desenvolvimento do Estado do Amapá. Em seguida, fez referência ao artigo 230 da Constituição do Estado do Amapá, destacando a obrigação do estado em organizar e manter serviços de Geologia, hidrologia, meteorologia, estatística e cartografia, em consonância com a legislação federal. Destacou a importância do atual governo do estado em instrumentalizar o desenvolvimento do Amapá, mencionando a criação de uma nova secretaria que está adquirindo musculatura para promover o avanço do setor. Foi ressaltado que o objetivo principal era garantir o equilíbrio ecológico e o incremento da atividade econômica, sem abrir mão de receitas e promovendo boas práticas minerais. Ao final do discurso, foi feito um questionamento sobre a falta de uma atuação mais efetiva do Governo do Estado no implemento de uma garimpagem sustentável com equilíbrio ecológico, socialmente justo e economicamente viável em reconhecimento ao potencial garimpeiro do Estado do Amapá. Em resposta o Professor Jurandyr Ross esclareceu que o zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) não era um instrumento em si, mas sim um instrumento de suporte técnico-científico para a gestão pública. Portanto, em nenhum momento estavam propondo proibições no relatório técnico ou na futura legislação que irá regulamentar o ZEE. Estavam na verdade, fazendo recomendações de uso, pois o zoneamento era um instrumento de planejamento e apoio à gestão. Era de responsabilidade do estado, a partir das informações contidas nas 800 páginas do relatório, desenvolver suas políticas públicas e estratégias de gestão das atividades produtivas. Frisou que não estavam reinventando a roda, mas estavam apenas buscando fornecerem diretrizes para



Governo do Estado do Amapá

orientar o desenvolvimento sustentável. Foi ressaltado que o objetivo do trabalho técnico realizado por 130 pessoas era somar esforços e contribuir para a mudança do perfil econômico e social do estado. Outro Professor fez um esclarecimento importante sobre a legislação relacionada ao subsolo, destacando que este era de domínio da União, portanto, o estado não poderia legislar sobre ele. Informou que os requerimentos relacionados à pesquisa mineral, alvarás e licenças são conduzidos junto à Agência Nacional de Mineração. Salientou que o papel do estado e dos governos municipais era estabelecer políticas públicas para incentivar as atividades legais relacionadas ao subsolo. Em seguida a senhora **Terezinha de Jesus Silva**, presidente de uma cooperativa de mineração no município de Pedra Branca, no Mapari, fez um apelo emocionado às autoridades presentes. Destacou a importância de olhar com mais carinho e respeito para os garimpeiros, pedindo pela legalização e regulamentação das atividades mineradoras. Enfatizou a necessidade de respeitar o meio ambiente e lamentou as consequências negativas da mineração ilegal, que muitas vezes resultam em danos ambientais irreparáveis, como a contaminação de rios e a morte de peixes. Compartilhou sua experiência pessoal como filha de garimpeiro e enfatizou a importância da mineração na geração de empregos e na sustentação de milhares de famílias. Ressaltou a necessidade de as autoridades compreenderem a realidade dos garimpeiros e fornecerem oportunidades para que possam trabalhar de forma legal e sustentável. Agradeceu a todos os presentes pela oportunidade de se expressar e fez um apelo para que considerem seriamente as questões levantadas em relação à mineração no estado. O Secretário Adjunto Luiz Otavio, dirigindo-se à Sra. Terezinha de Jesus Silva, agradeceu sua manifestação e expressou reconhecimento pelas preocupações levantadas. Ressaltou que o governo do estado implementava políticas públicas e apoia as atividades dos garimpeiros dentro das esferas de competência estaduais. Foi enfatizado que o governo estadual não podia legislar sobre todas as questões relacionadas à mineração, pois existem limitações nas esferas estaduais e federais. No entanto, o governo se comprometia a apoiar o setor de mineração por meio de políticas públicas estaduais que visam proporcionar melhores condições para os garimpeiros. tranquilizou a Sra. Terezinha de que todas as preocupações levantadas durante a reunião serão registradas em ata e ficarão documentadas através da gravação disponível no YouTube. Depois o senhor **Joel Gomes da Silva**, saudou a todos os presentes e fez uma reflexão sobre a situação atual. Ele destacou que, apesar de estarem enfrentando a mesma tempestade, cada um está em um barco diferente, com suas próprias dificuldades. Ressaltou a importância do dinheiro dos servidores públicos do Amapá para a economia do estado, indicando que uma parte significativa dos recursos circula por meio dos contracheques dos funcionários públicos. Além disso compartilhou sua experiência como morador da região do Laranjal do Jari há 33 anos, enfatizando a dificuldade em produzir cheiro verde localmente, apesar de ser uma prática comum em sua rotina desde 1996. A produção local cobre apenas 30% do consumo, com a maioria sendo importada de outras comunidades e estados. Com base nisso questionou qual



Governo do Estado do Amapá

estratégia poderia ser adotada pela população, governo estadual e governo municipal para melhorar a produção agrícola na região, considerando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como um instrumento que pode desempenhar um papel importante nesse processo. Agradeceu a oportunidade de fala. O Professor da Embrapa, expressou sua ansiedade em ouvir questionamentos sobre a produção, especialmente na área de base agrícola, dada a expertise da Embrapa na região. Ele destacou a importância de outros participantes se manifestarem, pois estava presente principalmente para ouvi-los. Ressaltou a necessidade de explorar de forma mais eficiente os recursos florestais da região, que eram subutilizados. Enfatizou a oportunidade de aproveitar a madeira das florestas de forma sustentável, destacando a possibilidade de estabelecer fábricas de móveis de alto valor agregado em Laranjal do Jari. Mencionou a importância de desenvolver a produção local para reduzir a dependência de alimentos vindos de outros estados. Frisou o potencial da região para a fruticultura, especialmente a produção de açaí, e mencionou iniciativas futuras para fornecer sementes de mandioca aos produtores locais. Discutiu a possibilidade de implementar sistemas agroflorestais, especialmente nos castanhais, visando aumentar a produtividade e promover a recuperação de áreas desmatadas dentro da reserva extrativista. Expressou seu apoio às iniciativas da Embrapa e enfatizou a importância de considerar essas questões no processo de zoneamento da região. Se comprometeu em continuar as discussões e tomar medidas concretas para promover o desenvolvimento sustentável da produção agrícola e florestal em Laranjal do Jari. Posteriormente o senhor **Cleiton Azevedo**, saudou a todos os presentes. Apresentou a situação da parte baixa da cidade, destacando a dependência da produção externa para suprir as necessidades alimentares da população local. Enfatizou a ausência de uma feira de qualidade na região e a dificuldade de acesso a produtos agrícolas frescos, como cheiro verde. Propôs a criação de uma feira horti comunitária pelo Instituto Malvina, uma entidade legalizada, com o objetivo de fornecer alimentos frescos e de qualidade para a comunidade carente da parte baixa da cidade. Ele questionou os presentes sobre possíveis estratégias para viabilizar essa iniciativa, seja através do cultivo, da distribuição ou da venda dos alimentos produzidos pelo instituto. O professor Karim fez uma abordagem rápida sobre o zoneamento do Estado do Amapá. Destacou que o processo de zoneamento visava compreender como o estado se apresentava e se desenvolvia, ressaltando a importância da preservação e proteção ambiental. Mencionou que o zoneamento envolvia a formação de um grupo especializado para executar ações pragmáticas baseadas em metodologias específicas relacionadas à vegetação, mineração, biodiversidade e aspectos jurídico-institucionais. Fez a analogia de desenhar o estado como se desenhava uma casa, enfatizando a necessidade de identificar e suprir as necessidades de cada região de maneira precisa e adequada. Destacou-se que o zoneamento era um processo global e que o Brasil e outros países em desenvolvimento enfrentando desafios operacionais nesse sentido. No entanto, estava trabalhando em uma escala operacional de 1 para 250.000, seguindo a metodologia indicada pelo



Governo do Estado do Amapá

Ministério do Meio Ambiente. Foi ressaltada a importância do zoneamento como um instrumento para orientar o estado em três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental, levando em consideração também os aspectos culturais e tradicionais das comunidades locais. Abordou também o microzoneamento, destacando a importância de adaptar as medidas às características específicas de cada localidade. O professor mencionou que parte do zoneamento foi finalizada e que a audiência pública estava sendo realizada para ouvir a comunidade, enfatizando a importância da participação da população nesse processo. Agradeceu a presença de todos e reforçou a necessidade de uma decisão conjunta do poder público baseada em dados primários e na contribuição da comunidade. Em ato contínuo, o Professor Jurandyr Ross trouxe à tona uma questão crucial relacionada ao financiamento da merenda escolar pelo governo federal. Ele destacou que todos os municípios do Brasil recebiam recursos para esse fim, abrangendo todas as escolas, e enfatizou o grande número de crianças estudando no país, totalizando cerca de 24 milhões. Expressou sua preocupação quanto à incerteza de se todas essas crianças tinham acesso a um lanche na escola. Ele propôs uma abordagem inovadora, sugerindo que cada município pudesse produzir sua própria comida para abastecer as escolas locais. A ideia seria estabelecer hortas comunitárias em áreas específicas voltadas para o abastecimento das escolas do município. Dessa forma seria possível valorizar os produtores locais e otimizar o uso dos recursos públicos, em vez de adquirir produtos de outras regiões. Concluiu sua contribuição ressaltando a importância de valorizar tanto os produtores locais quanto os recursos financeiros, visando uma abordagem mais sustentável e economicamente eficiente para a alimentação escolar. Logo a senhora **Camila** questionou se a fábrica de celulose seria beneficiada dentro do plano do ZEE para produções além do cavaco. Em resposta o Professor Jurandy Ross disse que não poderia responder à pergunta, pois a fábrica de celulose pertencia ao Estado do Pará. Porém outro Professor destacou a importância do zoneamento na estruturação do uso e ocupação do solo, ressaltando que ele poderia oferecer oportunidades para empresas. Ele enfatizou que o governo, ao observar as diretrizes do zoneamento, poderia proporcionar condições favoráveis para o estabelecimento e crescimento de empresas em determinadas áreas. O Professor explicou que o zoneamento poderia influenciar positivamente as decisões das empresas ao oferecer benefícios como uma carga tributária menor e zonas destinadas a atividades específicas, como áreas industriais. No entanto, ele enfatizou que a decisão final de estabelecer uma empresa em determinada região é privada e não governamental. Ressaltou a importância de verificar se havia mão de obra qualificada disponível, uma legislação ambiental flexível e um ambiente industrial estabelecido que possa apoiar a operação eficiente das empresas. Esses são aspectos que deveriam ser considerados ao implementar o zoneamento e criar um ambiente propício para o desenvolvimento econômico. O Professor elogiou a iniciativa de questionar sobre essas questões, destacando que o desenvolvimento dessas ideias indica um progresso positivo na compreensão e aplicação do zoneamento. O próximo inscrito a se pronunciar foi



Governo do Estado do Amapá

o senhor **Dirlan Dias** que questionou sobre qual era a proposta do ZEE para o setor castanheiro. Um dos professores respondeu que o setor castanheiro está muito atrelado a Resex do Rio Cajari e a RDS do Rio Iratapuru e, como elas são áreas atribuídas, o ZEE só reforçou que as normas que regem essas áreas são as normas já definidas nos planos de manejo das duas unidades de conservação. Ele disse que além disso foi previsto no ZEE um corredor entre essas duas áreas, que é uma área que tem bastante Castanhal, e que é uma área que deve ser mantida como conexão entre as duas áreas e também devido o acesso das populações a esses castanhais. Outro professor complementou a resposta dizendo que tem que se repensar de uma planta industrial nova para a região do Jari, e, com relação ao extrativismo, reforçou que tem que se repensar a questão tecnológica. Ele propôs que tem que se fazer realmente uma planta industrial nova para a questão da produção de Castanha. O próximo inscrito foi o senhor **Lucas Ramos** disse que entende que o ZEE era um instrumento político, mas questionou quais as ideias pensadas no estudo para ajudar a população do Vale do Jari e que não possam afetar o meio ambiente. O professor Jurandyr respondeu que para a zona do Jari há várias recomendações feitas, mas nenhuma direcionada para indústria de celulose e outras indústrias que estão fora do limite do Estado do Amapá. Falou da relação da população que vive nos dois Estados (PA e AP). Disse que o que salva a região do Jari são os empregos que essas empresas localizadas no Pará mantêm. Ele disse que entende a importância das indústrias locais, como a de papel e celulose, que embora esteja fora do estado, é fundamental para a economia de Laranjal do Jari, assim como as indústrias de caulim e madeira em Monte Dourado, que geram empregos essenciais. Ressaltou que essas indústrias não apenas produzem bens, mas também geram empregos, impulsionando a economia da região do Jari. Embora as empresas busquem eficiência tecnológica e redução de mão de obra, os empregos são cruciais para a população local, sustentando cidades como Laranjal do Jari e Vitória do Jari. O professor disse que o estudo propõe ainda outras recomendações e que ele prevê outras atividades econômicas para a região do Jari. Disse ainda que é possível pensar no potencial de mineração na região e falou da necessidade de valorizar o extrativismo vegetal, especialmente a castanha e outros produtos da floresta. Falou que a região é rica em eucalipto e que requer atenção, pois o cultivo não traz muitos benefícios ao município e pode ser bastante explorado e gerar renda. Ele enfatizou a importância de incentivar atividades extrativas e agro-extrativas para melhorar a renda local. Ele sugeriu incrementar as reservas extrativistas, combinando atividades agrícolas e extrativas para aumentar a eficiência e a sustentabilidade. Ele mencionou o exemplo do látex, onde o plantio em larga escala de seringueiras é mais produtivo que o extrativismo tradicional. Logo após, a coordenadora Maria Cecília informou que a audiência seria estendida por mais quinze minutos e questionou a plateia se havia mais algum interessado em falar, ao passo que mais quatro pessoas manifestaram interesse. Dando continuidade ao debate, a coordenadora chamou a próxima inscrita, a senhora **Alana Fonseca**. A participante questionou sobre quais seriam as



Governo do Estado do Amapá

vulnerabilidades apontadas dentro do processo ZEE. O Professor Jurandyr respondeu. Disse que as questões das vulnerabilidades foram trabalhadas pelos pesquisadores da UNIFAP e do IEPA e repassou a fala para outro professor. O outro professor complementou dizendo que foram usados indicadores e mapas do IEPA para calcular o índice de vulnerabilidade social. O professor Clarin explicou de forma didática uma metodologia existente para o uso e ocupação do solo agrícola. Ele sugeriu que, primeiro, deve-se classificar o solo em categorias, como solo propício para agricultura perene, de ciclo curto, médio ou para lavoura branca. Com essas potencialidades definidas, o próximo passo é identificar as fragilidades do solo, como capacidade de erosão, formação de ravinas, voçorocas e enxurradas. Ele explicou que utilizando essa matriz de potencialidades e fragilidades, é possível recomendar o uso adequado e a ocupação do ambiente. Aplicando essa abordagem ao Vale do Jari, ele destacou a importância de considerar a ocupação das margens do Rio Jari, onde enchentes são uma fragilidade significativa que deve ser prevista e gerida. Afirmou que o zoneamento ajuda a orientar essas recomendações de uso e ocupação do solo de maneira eficaz. Em seguida, a coordenadora Maria Cecília passou a fala para outro participante que estava representando o setor da piscicultura, o Senhor **Ruvenete Lima**. O participante se apresentou como Presidente do Instituto de sustentabilidade ambiental de Aquicultura e Pesca e fez suas considerações falando sobre a Resolução 331 da SEMA que, segundo ele, prejudicou 156 piscicultores de pequena produção em Laranjal do Jari. Disse que atualmente 48% do pescado consumido em Laranjal do Jari vem do Pará e 28% de Rondônia, enquanto apenas 24% é produzido localmente. Falou que isso é inaceitável, considerando o potencial piscícola da região. Disse que a resolução exige a licença de outorga d'água, o que paralisou muitos projetos de piscicultura existentes há mais de 20 anos. Falou que essa exigência está impedindo a renovação de licenças, afetando negativamente os produtores locais. Além disso, destacou que os produtores estão enfrentando problemas fundiários significativos que precisam ser resolvidos pelo Governo Federal. Disse que a falta de títulos definitivos e escrituras públicas impede os produtores de desenvolverem suas atividades e os sujeita a penalizações de órgãos como IBAMA, ICMBIO e a própria SEMA. Ao final de sua fala pediu encarecidamente que a resolução e o zoneamento sejam revisados para permitir que o município possa produzir a piscicultura e prosperar. Encerrou agradecendo. Logo em seguida, o Secretário Luiz Otávio respondeu fazendo um esclarecimento sobre a resolução da SEMA. Ele explicou como a resolução foi pensada e como ela atua. Disse que a resolução é uma inovação que ajuda a conseguir um licenciamento e destacou que é importante entender que o governo fez algumas inovações para ajudar com questões fundiárias. Disse que anteriormente a SEMA só licenciava áreas com titularidade e domínio privado e que hoje, ao iniciar o processo de regularização de terras no Amapá, é possível obter a Declaração de Reconhecimento de Posse (DRP). Com essa DRP, é possível realizar o licenciamento ambiental. Reforçou que essa inovação tem avançado significativamente na questão do licenciamento ambiental e pode ajudar a obter



Governo do Estado do Amapá

a licença de outorga necessária para as atividades piscícolas e que mesmo que a resolução mencione a necessidade de título definitivo, a SEMA agora aceita a DRP como documento suficiente para o processo de licenciamento. Esclareceu que isso deve ser entendido como um avanço positivo para a regularização fundiária e o desenvolvimento da piscicultura na região. Após, outro participante, o Senhor **Edvaldo Santos Ribeiro**, agricultor de Vitória do Jari, quebrou o protocolo do evento e fez sua intervenção sobre a produção agrícola. Ele disse que trabalha numa área de assentamento e falou das dificuldades que a população que morava na área enfrentava. Disse que enfrentam perseguição dos órgãos de fiscalização como o IBAMA e que estão com várias multas. Falou que sua família produz mandioca na área e que está sendo afetada por uma doença que ataca o produto e pediu ajuda do Governo do Estado e da EMBRAPA para apoiarem esses pequenos agricultores para que eles consigam produzir de forma efetiva e que gere renda para a população local. Em seguida um dos professores respondeu e comentou sobre a área de mandioca na região do Jari. Disse que a EMBRAPA junto com a Secretaria da Agricultura do Estado estará na região do Jari para fazer dois hectares para a plantação de semente de mandioca para ter produção durante todo o ano. Disse que eles vão poder atuar juntamente com a chefe de pesquisa especialista em doenças de planta e pediu que eles pudessem ir visitar a área de plantação do Senhor Edvaldo para coletar amostra para identificar a doença presente na plantação de mandioca do assentamento e vê a possibilidade até de disponibilizar um material para o agricultor possa cultivar lá na área com as variedades de mandioca da EMBRAPA. Disse que são variedades melhoradas que conseguem uma produtividade acima do que os agricultores da região estão acostumados a plantar. A seguir, quase encerrando o tempo estipulado de duração da audiência, outro participante, o Senhor **Manoel Pombo**, quebrou o protocolo e insistiu em fazer suas considerações e questionamentos. Ele perguntou se foi feito estudo sobre o assoreamento do Rio Jari e se foi realizado um estudo sobre a batimetria da bacia do Rio Arapiranga. Ele ressaltou que a cidade sofre com alagamentos devido ao assoreamento e que isso dificulta a navegação até Munguba. Mencionou a dificuldade de investir no ecoturismo, especialmente para visitar a Cachoeira de Santo Antônio, onde muitas vezes o rio está seco. Questionou ainda se foi realizado um estudo sobre a agricultura de alta precisão, como a produção de soja e milho por exemplo. Destacou a fala do professor que disse que há na região uma área plantada com eucalipto que não está sendo aproveitada e sugeriu a implementação de políticas para a produção de soja e outras culturas. Logo em seguida, falou como representante do Governo do Estado defendendo e afirmando que Laranjal do Jari produz sim, contradizendo informações anteriores. Informou que o Governo do Estado é o maior cliente dos 161 agricultores da região, com uma compra recente de 1 milhão e 300 mil reais em produtos agrícolas. Mencionou a realização da feira do PA, onde foram adquiridas seis toneladas de alimentos, beneficiando 161 agricultores familiares. Destacou que esses alimentos estão sendo entregues a 90 entidades, garantindo a segurança alimentar para seis mil pessoas, e enfatizou que isso é



Governo do Estado do Amapá

uma política de governo em ação. Um dos professores respondeu sobre a questão do assoreamento dizendo que foram analisados dados sobre o tema. Disse que foram realizados pela equipe meio físico alguns estudos sobre as questões de riscos, tanto a parte de inundação quanto a parte da erosão. Estes estudos analisaram todos os Municípios do Estado. Disse que existem estudos há muitos anos na área do Bailique onde é recorrente a questão das terras caídas e com alguns locais com risco de deslizamento. Tudo isso está apontado no relatório do ZEE. Com relação à batimetria do rio, o professor respondeu que foi realizado pelo IEPA já há alguns anos uma batimetria desde a frente da cidade de Laranjal do Jari até o Rio Ariramba e foram detectados alguns bancos de areia que realmente representam um problema grave que podem contribuir realmente para a dificuldade de escoamento das águas. Disse que será proposta uma atualização dessa batimetria para identificar onde estão os bancos de areia que dificultam a navegação nos rios da região e a partir daí o contribuir com o governo para pensar possíveis medidas para resolver o problema. Após a coordenadora Maria Cecília chamou o Senhor **Alexandre Lacabanne** para fazer sua última consideração. Ele lamentou a pouca participação da sociedade na audiência. Disse ser vergonhoso e um desrespeito com o Governo do Estado e com os técnicos que estavam ali discutindo um assunto tão importante para o desenvolvimento do Amapá, a não participação da população em massa. Ele se direcionou à câmera que estava transmitindo a audiência e discursou para os telespectadores dizendo que no Estado há escola técnica voltada para as atividades de mineração e lamentou não haver mineração no Estado. Disse que isso é um grande alerta a todos. Pediu que todos fossem vigilantes e participativos e que exerçam a sua cidadania porque o Governo está dando a oportunidade para cada um. Em seguida, ele concedeu a fala para o Senhor **Fran Nogueira** que complementou o discurso dizendo que o Amapá nunca teve um momento de discussão como o que estava acontecendo. Pontuou que atualmente o Estado possui um ministro, três senadores, uma Assembleia Legislativa com 24 deputados e os demais municípios do Estado com os seus legisladores, e que essa era a oportunidade de opinar, de dar parecer para que as coisas realmente aconteçam. Disse que existe a Confederação Nacional de Mineração que estava ali representada, que estava presente no evento anterior e que vai estar em todos os outros debates acompanhando. O participante encerrou sua fala expressando gratidão ao Governo do Estado por ter criado uma Secretaria de Mineração para cuidar do segmento da mineração. Agradeceu ao Secretário Luiz Otavio, à toda equipe de governo presente e à coordenadora Maria Cecília. Por fim, a coordenadora agradeceu e passou a fala ao secretário Luis Otavio que agradeceu a participação de todos, em especial aos pesquisadores. Não havendo mais nada a ser deliberado, declarou encerrada a Segunda Audiência Pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Estado do Amapá. Para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos que a ela deram origem. Treze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e quatro.